

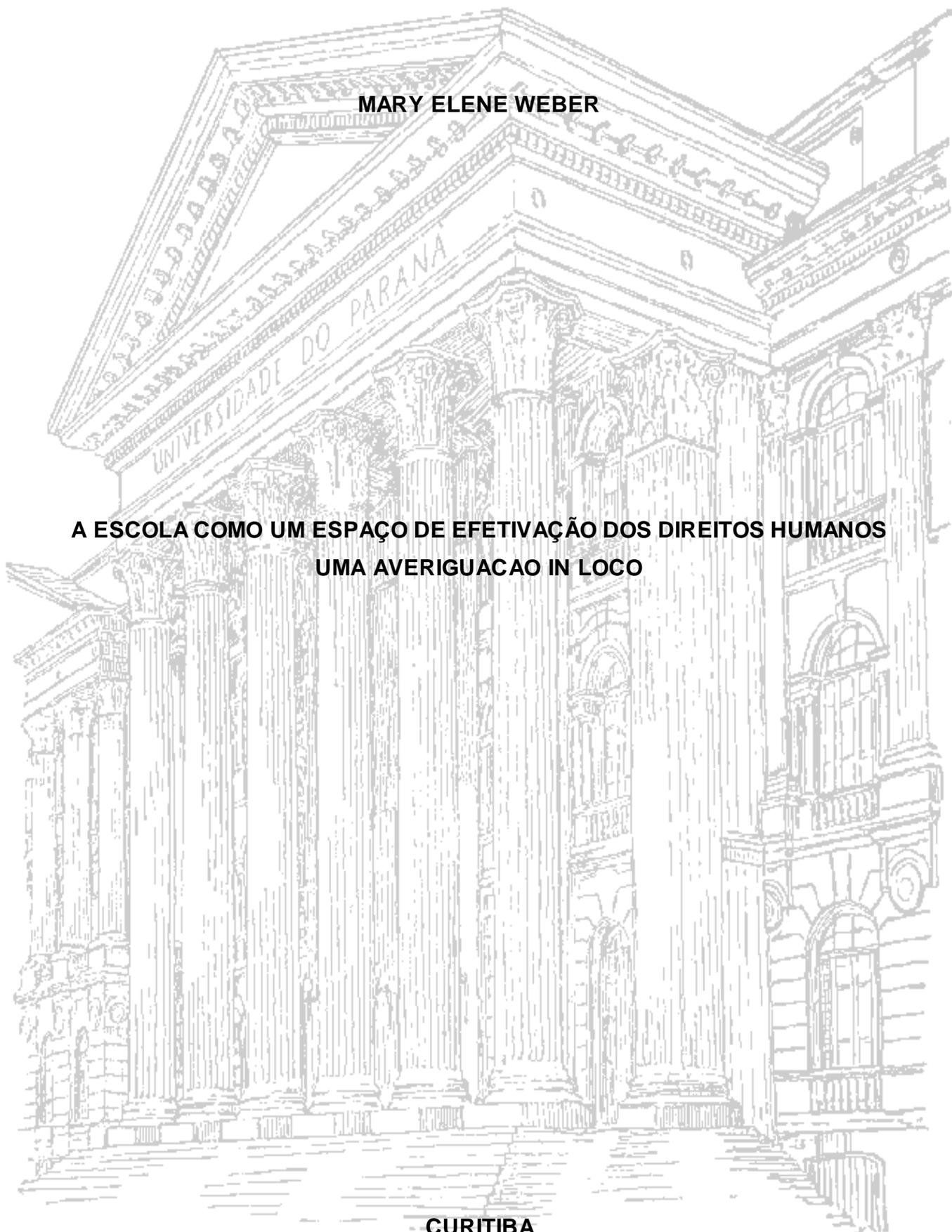
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARY ELENE WEBER

**A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
UMA AVERIGUACAO IN LOCO**

CURITIBA

2016



MARY ELENE WEBER

**A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
UMA AVERIGUACAO IN LOCO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me. Cesar Augusto Cruz da Silva

CURITIBA

2016

A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS UMA AVERIGUACAO IN LOCO

MARY ELENE WEBER

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como a escola, sendo um agente formador de cidadania e conseqüentemente estimulador de conhecimentos de direitos, estabelece a relação dos currículos escolares com direitos humanos, assim como a compreensão desses direitos por parte dos professores. Também se busca maior entendimento da relação entre o cotidiano escolar e a vida de seus alunos fora dela, se são considerados fatores sociais como pobreza, desigualdade, discriminação racial e de gênero nas discussões em sala de aula, e de que forma isso ocorre. Em termos metodológicos, realizou-se pesquisa in loco em duas escolas do município de Cascavel – PR, onde foram coletadas informações importantes que estão organizadas em tabelas no campo dos resultados. Através da pesquisa realizada foi possível compreender que a escola é um local que acolhe alunos com diversos anseios, não somente pela necessidade de adquirir conhecimento, mas se configura como um espaço de cuidado com demandas trazidas pelos seus alunos, pois suas vulnerabilidades refletem no processo de aprendizagem, assim como no relacionamento escolar. O processo de efetivação dos Direitos Humanos no espaço escolar vai além do entendimento do assunto por parte dos professores, diz respeito ao trabalho conjunto com a rede de proteção e com o trabalho de formação de senso crítico desde a primeira infância.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação; Espaço de transformação.

1 INTRODUÇÃO

A escola exerce, além de sua principal função de preparar seus alunos para a cidadania e para o trabalho, a função de estar exercendo constantes autocríticas, pois é nesse espaço que os indivíduos começam a exercer o senso crítico, através da problematização de temas históricos e sociais, além de terem o primeiro contato com a diversidade de gêneros, raças, diferenças econômicas e sociais.

Diante deste cenário, é difícil imaginar uma educação voltada apenas para a formação científica, sem trabalhar temas transversais, que abordem temas como ética, orientação sexual, pluralidade cultural entre outros, que estão sendo vividos na contemporaneidade e que refletem no convívio social.

Com esta explosão de diversidades, elencar o tema direitos humanos, desde a primeira infância é primordial, visto que esses direitos dirão da nossa liberdade de ser e expressar, de ter consciência que somos cidadãos dotados de liberdade e com direito á igualdade de acesso aos direitos, entre eles á educação.

As mudanças na sociedade são constantes e isso implica em uma constante adaptação dos meios de educação, e também de novos conhecimentos por parte dos professores, principalmente no que se refere aos direitos humanos, tema central deste artigo, que trará a pesquisa realizada com os próprios professores, com propósito de contribuir para novos estudos.

Assim sendo, este artigo se inicia com a revisão de literatura, indispensável para compreendermos quais fatores históricos contribuíram para se chegar as políticas e leis relacionadas aos direitos humanos que temos hoje. Na apresentação dos resultados, é exposta a pesquisa realizada com professores de duas escolas municipais do município de Cascavel – Pr., que possibilita melhor compreensão de como são trabalhados temas relacionados aos direitos e como a escola se articula com outros órgãos de proteção e efetivação dos direitos humanos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Todas as pessoas estão intituladas a direitos fundamentais, pelo simples fato de ser pessoa humana, ou seja, quando nascemos nos tornamos sujeitos dotados de direitos universais, sendo iguais perante a Lei.

Neste contexto algumas -regrasll foram instituídas para distinguir o certo do errado e -punirll quem não ás respeita, impondo também de que as diferenças raciais, crenças e demais escolhas sejam respeitadas.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948, foram pactuados acordos de proteção aos direitos de todos os cidadãos. De acordo com o art. I da DUDH: -Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitosll, sendo que todo cidadão é igual em seus direitos, sendo assegurada a garantia á vida digna, sem ser submetido á qualquer situação de violência, tendo acesso á todos os serviços públicos de qualidade.

Somente depois da Declaração Universal é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade — toda a humanidade — partilha alguns valores comuns; e podemos, finalmente, crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens. (BOBBIO, 1992, p.28).

Para maior compreensão dos direitos -natosll que usufruímos hoje, é necessário retornar um pouco na história para perceber os grandes avanços e também retrocessos que ocorreram. Temos uma herança história de desigualdade e exclusão de negros e índios, além de que, o Brasil foi o país que mais importou negros escravizados e o último da América Latina a abolir a escravidão.

Mesmo após a libertação dos negros, o acesso aos bancos escolares e a participação na vida política ainda era remoto, onde os negros tinham que pedir uma dispensa ao Estado, chamada -dispensa dos defeitos de corll, relatando que mesmo que tivesse nascido com a -cor erradall era humano civilizado, desculpando-se de sua própria cor, compreendendo ela como um defeito.

Essa liberdade conquistada pelos escravos é uma das três dimensões dos Direitos Humanos, que se atrela a essa liberdade -físicall, que diz respeito ao direito de ir e vir, de acordo com RUIZ:

Várias acepções são dadas à palavra liberdade. Uns a definem como oposição ao autoritarismo, ausência de coação. Há quem a conceitue em razão do seu exercício, fazer aquilo que lhe apraz. Também pode ser expressa pelo antagonismo de cativo ou a participação no exercício do Poder, entre outros. (RUIZ, 2006, p.143).

A liberdade diz respeito também aos direitos civis e políticos, direito de liberdade de expressão, religião, de ir e vir, de participar da vida política, podendo inclusive, votar e ser votado.

A Igualdade é a segunda dimensão dos direitos humanos, está citada em seu 1º capítulo, -todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Essa igualdade pressupõe que os homens são livres para suas escolhas e que se os homens são iguais perante a lei, devem ser iguais também em oportunidades, elencando aqui que o Brasil sofre até hoje com as mazelas causadas pela exploração do capitalismo, que faz com que hajam políticas sociais que lhes possibilitem um padrão mínimo de igualdade, tema que será discutido mais à frente.

A terceira dimensão dos direitos humanos, diz respeito ao interesse do bem comum, da solidariedade, a fraternidade. Vem enriquecer as duas primeiras dimensões, está relacionada diretamente a responsabilidade social, e a preocupação com o outro. Percebe-se que com o tempo a fraternidade ocupou espaço nas igrejas tendo cunho de caridade, porém assim como a liberdade e a igualdade, a fraternidade deve ser compreendida e exercida nas diversas instituições sociais, entre elas a escola, que é o tema principal deste artigo.

Não podemos deixar de citar um marco histórico, embora negativo, de luta pelos direitos humanos, que ocorreu em meio a ditadura militar de 1964, onde no meio de uma interrupção à força de um processo sócio político e de medidas drásticas e opressoras, que visavam o crescimento da economia a favor de uma minoria, causando um empobrecimento ainda maior da classe trabalhadora. Foi neste contexto que a luta pelos direitos humanos se voltou a redemocratização, contra o predomínio do Estado sobre o cidadão e contra os efeitos bombásticos na classe mais empobrecida.

Esses fatores históricos são indispensáveis para conhecer o sistema em que vivemos hoje, os reflexos de toda uma luta por direitos que continuam nos dias atuais, aos vermos ainda, a violação de direitos fundamentais do ser humano, como o direito à alimentação por exemplo.

Dentre essas violações, a pobreza por si só já é uma violação, entendendo que a mesma não é um fenômeno natural, desta forma, ela se caracteriza por violação dos direitos da pessoa, e quando entendida como não natural, submete-se à causas, que devem ser enfrentadas e discutidas.

De acordo com REI (2011) citado por Gurgel (2014, p.06),

Assim, a pobreza pode ser caracterizada pela incapacidade de buscar bem-estar, por conta da carência de meios econômicos, assim como também pode ocorrer de a pessoa ter meios econômicos, mas não ter capacidade para converter essas rendas e recursos em capacidades para realizar funcionamentos. Por exemplo, um indivíduo que apresente rendimentos razoáveis e se encontre doente, mas não tem a sua disposição o tratamento adequado se vê impossibilitado de realizar funcionamentos que possam lhe causar bem-estar, especialmente aqueles relacionados ao direito à saúde (REI, 2011).

Concordando com o autor, em que a pobreza vai além da insuficiência de renda e que os seus reflexos causam danos no desenvolvimento do indivíduo como um todo, especificamente tratada neste artigo a questão do acesso à educação, entendendo que ela é uma das formas, se não a mais importante ferramenta de enfrentamento às questões sociais, sendo o passaporte para o conhecimento e acesso aos seus direitos.

A educação, tema deste artigo, é uma das políticas mais violadas na atualidade, devido à diversos fatores, como a fragilização estrutural, baixos investimentos, fatores sociais que estão presentes e ultrapassam os muros das escolas, refletem na vida dos brasileiros e no seu desenvolvimento em todos os aspectos.

Sendo os sistemas de educação, um dos principais agentes formadores, devem considerar as diversidades, seja de gêneros, orientação sexual, religiosa, racial, entre outros, oferecendo educação igualitária e não discriminatória.

Entendo que para a construção da cidadania, o professor deve estimular a leitura das raízes culturais e ideológicas de como o aluno está para o mundo, qual o seu contexto social, quais seus anseios e as formas de se posicionar perante os problemas que enfrenta, a escola se configura como um agente formador, que ensina e constrói junto com seus alunos, valores, normas e pensamentos, que visam o desenvolvimento de indivíduos autônomos e com poder de compreensão.

Ser reflexivo implica realizar constantes autocríticas, de se tornar alguém individual e, ao mesmo tempo em que saiba viver em sociedade. Nesse sentido, a escola tem sido cada vez mais chamada a rever seu papel, pois se torna um lugar bastante privilegiado, tanto quanto a família, na preparação do indivíduo para a convivência em sociedade. Enquanto na família existe uma uniformidade de valores,

crenças e costumes, na escola as crianças e jovens precisam se defrontar com as diferenças e com isso, precisam desenvolver valores relativos à coletividade.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) prevê que toda criança e adolescente tem direito à educação, assegurando-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita nas proximidades de sua residência; é também dever do Estado assegurar ensino fundamental obrigatório e gratuito (Artigo 208 da Constituição).

Nada mais que enaltecer os direitos natos do cidadão de acesso aos serviços de forma igualitária, porém, diante de todas as mazelas trazidas pelos diferentes contextos sociais dos alunos nas escolas, se busca compreender como a escola articula ações para o desenvolvimento de suas atividades, de maneira a respeitar todas as culturas, os meios onde vivem e alternativas de educação que contemple o que a escola deve oferecer e que se ouça os anseios trazidos pelos alunos.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza pelo caráter qualitativo, por apresentar questões descritivas, as quais serão apresentadas através de tabelas, para melhor visualização dos resultados.

O objetivo da coleta de dados apresentada a seguir é procurar respostas às questões relativas à escola e de como ela esta organizada para trabalhar o tema Direitos Humanos nas salas de aula, assim como, saber qual é o entendimento por parte dos professores a respeito do tema. Além disso, a pesquisa apresenta questões abordando sobre a realidade do contexto de seus alunos.

Para esses resultados se utilizou de pesquisa in loco, considerando que a pesquisa busca investigar um determinado assunto, com fontes diferentes, GIL (2002) nos complementa,

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 2002, P. 17).

A pesquisa se deu através de questionários, com 11 (onze) questões abertas, que foram entregues a seis professores de escolas públicas municipais do município de Cascavel-PR, sendo uma delas a escola Adolival Pian, localizada no bairro São Cristóvão, e escola Atílio Destro, localizada no bairro Cascavel Velho.

As escolas pesquisadas atendem crianças a partir dos 04 anos de idade, atendendo do Pré ao 4º ano do ensino fundamental. A opção em realizar a pesquisa em duas escolas diferentes vem do fato de que a realidade social pode mudar de um bairro para outro, assim como os planos de aula dos professores.

Optou-se pela pesquisa através de questões abertas pelo fato de que os pesquisados podem responder livremente às perguntas, podendo expressar melhor suas opiniões e sentimentos, canalizando este trabalho a um caráter ainda mais qualitativo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Como já citado anteriormente esta pesquisa foi realizada em duas escolas municipais, ambas localizadas no município de Cascavel, Pr.

O município de Cascavel está localizado na região oeste do estado do Paraná, sendo o quinto município mais populoso do estado, com população estimada de 316.226 habitantes, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O município de Cascavel apresenta IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,782, sendo que esse índice avalia o desenvolvimento e qualidade de vida, tendo como pilares a educação, saúde e renda. Cascavel apresenta o 4º melhor índice do Estado do Paraná.

A rede pública municipal de Cascavel, através da Secretaria Municipal de Educação – SEMED mantém 52 Centros de Educação Infantil e 61 escolas que atendem alunos de Educação Infantil e de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Oferta ainda as modalidades de: Educação de Jovens e Adultos – I Segmento, Educação Especial – Classe Especial, Sala de Recursos e CAEDF.

Cascavel é um dos principais pólos de Educação Superior do Paraná, com oito instituições em funcionamento, sendo uma pública - a UNIOESTE –

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e sete privadas – UNIPAR, UNIPAN, UNIVEL, FADEC, FAG, Faculdade Dom Bosco e FAMIPAR.

As escolas pesquisadas estão localizadas nas regiões periféricas da cidade, sendo elas, a escola Adolival Pian (bairro São Cristóvão) e Atilio Destro (Cascavel Velho) ambas atendem com educação infantil e ensino fundamental.

Os questionários foram aplicados nos meses de agosto e setembro de 2016, e os resultados serão apresentados a seguir em forma de tabelas, sendo que a escola Adolival Pian está denominada como -Escola 01II e a escola Atilio Destro está denominada como -Escola 02II.

Questão 01: A primeira pergunta do questionário de referia á que turmas os professores entrevistados são professores:

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: 1º ano e PAP	Pesquisado D: Sou professor de educação física, hora atividade.
Pesquisado B: 4º ano	Pesquisado E: -Turmas do ensino fundamental III.
Pesquisado C: 3º ano	Pesquisado F: -1º anoll.

Fonte: próprio autor

A opção em se realizar a pesquisa com professores da educação infantil decorre da importância em se fortalecer a visão crítica assim como o tema direitos humanos desde a primeira infância.

Questão 02: Você conhece a vida de seus alunos fora da escola?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Não, somente o que é passado a mimII.	Pesquisado D: -Conheço a vida dos meus alunos mais na parte interna e no uso e na vida cotidiana da escolall.
Pesquisado B: -mais ou menosII.	Pesquisado E: -Parcialmentell.

Pesquisado C: -De algunsll.	Pesquisado F: -Alguns alunos, pelo maior contato com a família acabo por conhecer mais a vida familiarll.

Fonte: próprio autor

Essa questão foi elaborada, pensando que alguns aspectos da vida dos alunos devem ser levados em consideração no processo de construção de identidade simbólica e espacial com a escola.

Questão 03: A escola em que você trabalha se integra á outras instituições para garantia dos direitos das crianças e adolescentes? Quais?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: Conselho Tutelar, CMDC.	Pesquisado D: -Sim, se integra ao UPA, UBS, Associação de moradores, igrejas, cras, etcll.
Pesquisado B: Conselho Tutelar, CMDC	Pesquisado E: -Conselho tutelar, Programa de evasão escolar, Cras, Unidade Básica de Saúdel.
Pesquisado C: Conselho Tutelar	Pesquisado F: Unidade Básica de Saúde, Cras, Ceacri, Caps I, Conselho Tutelarll.

Fonte: próprio autor

O município de Cascavel possui uma Rede de Atenção e Proteção Social, que tem como pressuposto a construção de uma rede intersetorial que se baseia nas políticas setoriais, mediante a compreensão dos processos organizacionais dos equipamentos sociais, tendo em vista a ampliação da comunicação e articulação entre os serviços para os encaminhamentos mais adequados às necessidades

sociais, desta forma foi criada uma ficha de referencia e contra referêcia que padroniza os encaminhamentos realizados pela rede.

Questão 04: Em seu planejamento de atividades a serem trabalhadas com os alunos, são considerados o meio onde ele vive, seus costumes, questões econômicas, suas dificuldades e vivencias familiares? Se sim de que forma?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Sim, procuro entender onde ele vive, com quem mora e procuro a integração de sua vida com os conteúdos.	Pesquisado D: -São elaborados com a prática diária da educação física, o uso do corpo como instrumento principal.
Pesquisado B: -Sim, Repassando o conteúdo sistematizado sob forma de levar em consideração a realidade da criança.	Pesquisado E: -Sim, os conteúdos trabalhados abordam essas questões.
Pesquisado C: -Sim, trazendo sempre para a realidade do aluno e a sociedade em que vivemos, mostrando á ele que existem outras coisas além do que eles vivenciam.	Pesquisado F: -Sim, o trabalho em sala de aula aborda o contexto em que a criança vive.

Fonte: próprio autor

Essa questão vem de encontro á questão 02, visto que, para que haja planejamento considerando o meio onde ele vive, é indispensável que os professores conheçam a realidade social de seus alunos e suas vivencias comunitárias.

Questão 05: Para você o que é direitos humanos?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Respeitar o próximo e que cada um saiba seus direitos e deveresll.	Pesquisado D: -São direitos comum a todas as pessoas, respeitando a individualidade de cada umll.
Pesquisado B: Respeitar o próximo, bem como ter dignidade ao ouvir com seus direitos e deveres.	Pesquisado E: -Direitos humanos são os direitos básicos de todos os seres humanos, direito á liberdade de expressão, pensamento, igualdade perante a leill.
Pesquisado C: -É poder usufruir de tudo em igualdade, sem distinção, poder ir e vir de igual por igualll.	Pesquisado F: -É a garantia que o ser humano deve ter para viver com dignidade, usufruir de seus direitos e deveres com segurançall.

Fonte: próprio autor

Essa questão faz-se necessária, visto que ninguém ensina aquilo que não sabe, desta forma busca-se o entendimento dos professores sobre o tema.

Questão 06: É necessário elencar esses direitos com seus alunos?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Simll	Pesquisado D: -Sim. Sempre é devido para que quando crescerem saibam respeitar o espaço de cada, o jeito de ser, uso e costumes, o espaço de cada um, etcll.
Pesquisado B: -simll	Pesquisado E: -Sim, é fundamentalll.
Pesquisado C: -Sim, para que	Pesquisado F: llSim, Faz parte do contexto

possamos oportunizar ao alunos que tenham autonomia de pensamentos já que serão educados para uma sociedade com diversas culturas, pensamentos...ll	atuall.
---	---------

Fonte: próprio autor

Todos os professores apontaram que é necessário trabalhar o tema com os alunos, apontando que isso é fundamental para o respeito às diversidades.

Questão 07: Você acredita que a escola é um órgão efetivador desses direitos? Se sim, de que forma?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Sim, direito e acesso aos alunos para conhecimento desses órgãosll.	Pesquisado D: -Sim, embora com suas falhas e acerto é um órgão efetivador desses direitosll.
Pesquisado B: -Sim, direito ao acesso e permanência a educação etcll.	Pesquisado E: -Sim, pois o trabalho sistematizado está pautado em um currículo que foi elaborado para a classe trabalhadora, De certo modo, a escola efetiva em suas ações esses direitosll.
Pesquisado C: -Sim, tratando os alunos igualmente e ensinando os alunos a tratar a todos com igualdade e respeito uns pelos outrosll.	Pesquisado F: -Sim, Oportunizando conhecimentos essenciais ao aluno de forma a reivindicar seus direitosll.

Fonte: próprio autor

A escola carrega consigo a responsabilidade da realização do processo educativo e, com o ECA, passa a ser também responsável por auscultar seus

alunos, se responsabiliza pela garantia do acesso e permanência das crianças e adolescentes na rede de ensino, juntamente com outros órgãos como o Conselho Tutelar, que devem trabalhar lado a lado.

Questão 08: É necessário trabalhar temas que incentivem a visão crítica e autoconhecimento da realidade em que estão inseridos, ou, na escola não se devem apontar tais questionamentos, dedicando-se ao currículo já formado?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Simll	Pesquisado D: -Este é o papel da escola, para que nossos alunos possam ser cidadãos de direito e deveres compromissadosll.
Pesquisado B: não respondeu	Pesquisado E: -O currículo aponta os conteúdos a serem trabalhados de forma sistematizada, ou seja, a função social da escola é a de transmitir os conteúdos científicos de modo a promover a emancipação do sujeito para que este possa agir e transformar a realidadell.
Pesquisado C: -Sim, e faz necessárioill.	Pesquisado F: -É essencial, o currículo que temos como base para o nosso trabalho enfatiza que devemos formar alunos críticos perante todas as condições e que o conhecimento ocorre no meio social em que o aluno está inseridoll.

Fonte: próprio autor

Essa questão faz se necessária para compreender a visão dos professores quanto a abordagem de temas transversais com seus alunos, para além dos conteúdos científicos.

Questão 09: A escola trabalha o tema pobreza com os alunos? Se sim, de que forma?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Sim, apontando e mostrando através de pesquisas para os mesmos.	Pesquisado D: -Na escola não trabalha este tema de forma explícita, no entanto é focado sim, pois a escola ainda trabalha para a formação de mão de obra.
Pesquisado B: -Sim, através da sistematização dos conteúdos com a realidade dos alunos.	Pesquisado E: Sim, nos conteúdos elencados no currículo.
Pesquisado C: -Sim, nos conteúdos de história trazendo outras realidades através de textos, documentários e filmes.	Pesquisado F: -Sim, o trabalho com as dificuldades sociais faz parte do currículo, em vista do ser humano que queremos formar.

Fonte: próprio autor

Todos os professores responderam que trabalham o tema pobreza de maneiras diferentes. Alguns para formação de mão de obra, outros fazendo correlação do assunto com a realidade dos alunos.

Questão 10: Você acredita em meios alternativos de educação, fora do padrão tradicional?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Sim.	Pesquisado D: -A escola não tem que trabalhar de forma tradicional, a educação está nos dinâmicos e constantes movimentos com alternâncias entre o positivo e o negativo no mundo educacional.

Pesquisado B: -Siml.	Pesquisado E: Há muitos meios alternativos de educação hoje, mas o padrão tradicional, acredito ser o meio que prove e busca uma educação humanizadora e emancipadora do ser humano.
Pesquisado C: -Siml.	Pesquisado F: -Sim, mas, a base tradicional é necessária permanecer. O modo como se ensina e se aprende é sempre o mesmoll.

Fonte: próprio autor

Baseando-se na teoria construtivista, de que a educação não é algo terminado e de que o sujeito e suas relações com o meio fazem parte desde processo de aprendizagem, buscou-se compreender qual a percepção dos professores sobre essa abordagem educacional, entendendo que as formas de como é executado os processos de ensinar-aprender, diz respeito á como os direitos humanos são efetivados.

Questão 11: O que você acredita ser fundamental para que os direitos humanos sejam respeitados?

ESCOLA 01	ESCOLA 02
Pesquisado A: -Primeiramente devemos mostra no dia dia que respeitamos o próximo, dessa forma as crianças irão aprenderll.	Pesquisado D: -Como disse em questões anteriores que os direitos humanos devem ser respeitados sim, pois se todos nós conhecêssemos e respeitássemos estes direitos a sociedade caminharia de forma igualitária e as questões sociais seriam bem melhor e não haveria tanta

	desigualdade sociall.
Pesquisado B: -O respeito, a igualdade e a efetivação desses direitos sabendo que o mesmo é uma via de mão duplall.	Pesquisado E: -Em primeiro lugar conhecimento. Políticas públicas sociais que vinculem e propaguem esses direitosll.
Pesquisado C: -Ter respeito pelo ser humano e tratar todos com igualdade, amor e compreensãoll.	Pesquisado F: -Conhecimento e respeito cima de tudoll.

Fonte: próprio autor

Todos os professores relataram que é primordial o respeito ao ser humano, para a efetivação de direitos. Discorrem também da necessidade de conhecimentos sobre esses direitos, pois ninguém luta pelo que não conhece. Nesse processo a escola é chamada ao seu papel de formadora de seres críticos, que compreendam e que se façam ser respeitados seus direitos natos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Romper com a ideia midiática de que os direitos humanos se aplicam apenas a defesa de bandidos é um dos grandes desafios ao abordar o tema. Mesmo nos sendo garantidos por nossa Lei maior, a Constituição Federal, ainda nos deparamos por diversas expressões da falta de efetividade de direitos fundamentais, como o direito à vida com dignidade, a liberdade de expressão e do nulo ou escasso acesso a serviços públicos de qualidade.

A escola é um dos espaços onde mais se expressam essas dificuldades, mesmo considerando que a política de educação vem sendo cada vez mais inclusiva, as demandas trazidas pelas crianças também se modificam a cada dia, exigindo da escola a tarefa de auscultar as histórias e características de cada local onde a escola esta inserida.

Trabalhar direitos humanos na escola vai além de uma abordagem sobre o tema, ou de uma preparação para a mão de obra, conforme citado por um professor

pesquisado. Denota-se que ainda falta articulação das escolas com demais órgãos garantidores de direitos, visto que essa também é uma função primordial da escola.

Falando do município de Cascavel, local onde ocorreu a pesquisa, apesar de ser referência em ensino superior, ainda é carente de espaços e profissionais que atendam a demanda da primeira infância, pois muitos deles ainda se encontram em filas de espera para pré escola e poucas escolas oferecem educação em tempo integral, fator que considero importante para o desenvolvimento de atividades complementares á curricular.

A educação é mais do que uma reprodução automática de conteúdos, pois o educando faz parte do meio em que esta estudando e apesar da necessidade de dominar algumas técnicas, são necessárias formas diferentes de abordagem e adequações se preciso for, no processo de ensino de acordo com a necessidade do aluno.

Além disso, a escola é o espaço onde as crianças tem o primeiro convívio com o que é diferente de sua vivencia, sejam elas em questões culturais, de gênero, de cor ou por diferenças econômicas. Aí começa o respeito às diferenças, a compreender que vivemos em um sistema que necessitamos a todo o momento provar que temos direitos, mesmo que estejam implícitos.

A pobreza, assim como demais temas transversais devem fazer parte das discussões em sala de aula, sem que isso descaracterize o papel tradicional da escola, mas que ela se molde a uma nova concepção de ensino, de perceber o sujeito por completo, necessitando do trabalho em conjunto com outros órgãos para o atendimento da demanda.

Além disso, compreender e considerar que fatores externos à escola influenciam no aprendizado dos alunos é o primordial. É necessário despir-se dos nossos pré-conceitos para garantir, ou ao menos viabilizar a garantia da efetivação dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto, A era dos direitos, 7^o tiragem, Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal

GIL. Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa, 4^o edição, Atlas, São Paulo, 2002.

GURGEL, Yara Maria Pereira, Pobreza extrema como violação de direitos humanos: da existência de um direito universal á não viver em condições indignas, Revista Eletrônica jurídico/institucional, ano 4, nº 2, Rio Grande do Norte, dez. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

Portal do Município de Cascavel – Disponível em <http://www.cascavel.pr.gov.br>

RUIZ, Thiago. O direito á liberdade: Uma visão sobre a perspectiva dos direitos fundamentais, revista de direito público, Londrina, maio/agosto de 2006.